

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	340.336	23.658
Contas a receber de clientes e outros	6	1.057.265	934.032
Títulos e valores mobiliários	5	58	160.025
Impostos e contribuições a recuperar	7	146.818	133.761
Serviços em curso		28.172	22.395
Instrumentos financeiros derivativos	12	45.344	18.425
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	120.556	-
Outros ativos circulantes		76.945	42.143
Total do circulante		1.815.494	1.334.439
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	106.782	75.901
Títulos e valores mobiliários	5	-	16.028
Impostos e contribuições a recuperar	7	71.656	98.327
Impostos e contribuições diferidos	9	262.284	267.829
Depósitos judiciais	16	96.888	74.117
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	8.376	1.411
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	55.111	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	1.364.297	1.081.698
Instrumentos financeiros derivativos	12	53.937	44.099
Outros ativos não circulantes		3.633	3.632
Intangível	10.2	2.837.542	2.527.662
Total do não circulante		4.860.506	4.190.704
Ativo total		6.676.000	5.525.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	832.043	531.559
Empréstimos e financiamentos	12.1	472.898	699.917
Debêntures	12.2	188.241	69.751
Salários e encargos a pagar	13	82.922	41.817
Encargos setoriais	14	73.521	48.979
Impostos e contribuições a recolher	15	213.494	215.208
Dividendos e juros sobre capital próprio	18	64.669	105
Provisões	16	50.603	47.008
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	17.758	17.523
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	8	-	36.510
Instrumentos financeiros derivativos	12	6.462	60.974
Outros passivos circulantes	17	162.045	149.787
Total do circulante		2.164.656	1.919.138
Não circulante			
Fornecedores	11	44.256	179.123
Empréstimos e financiamentos	12	1.821.239	1.148.114
Debêntures	12	746.564	306.355
Encargos setoriais	14	34.498	29.109
Provisões	16	88.920	71.810
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	201.760	225.588
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	8	-	41.781
Outros passivos não circulantes	17	36.751	29.793
Total do não circulante		2.973.988	2.031.673
Patrimônio líquido			
Capital social	18	663.178	590.174
Reservas de capital		485.076	558.080
Reservas de lucros		356.062	374.667
Outros resultados abrangentes		33.040	28.097
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	23.314
Total do patrimônio líquido		1.537.356	1.574.332
Passivo e patrimônio líquido total		6.676.000	5.525.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	2017	2016
			(Reclassificado)
Receita líquida	19	5.318.409	4.726.776
Custo do serviço		(4.607.557)	(4.094.516)
Custos de energia elétrica	20.1	(3.159.015)	(2.620.006)
Custos de operação	20.2	(757.468)	(710.597)
Custos de construção		(691.074)	(763.913)
Lucro bruto		710.852	632.260
Despesa com vendas	20.2	(208.825)	(233.770)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	20.2	(155.343)	(149.438)
Lucro operacional		346.684	249.052
Resultado financeiro		(287.341)	(235.566)
Receitas financeiras	21	364.988	643.577
Despesas financeiras	21	(652.329)	(879.143)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		59.343	13.486
Imposto de renda e contribuição social		(2.948)	(13.819)
Corrente		5	-
Diferido	9	(2.953)	(13.819)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		56.395	(333)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação do capital:			
Ordinária		0,7551	(0,0045)
Preferencial A		0,7551	(0,0045)
Preferencial B		0,8306	(0,0049)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	56.395	(333)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e perdas atuariais	7.490	(49.366)
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	(2.547)	16.784
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	4.943	(32.582)
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	61.338	(32.915)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação do capital:		
Ordinária	0,8213	(0,4407)
Preferencial A	0,8213	(0,4407)
Preferencial B	0,9034	(0,4848)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros					Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Lucro líquido (prejuízo) acumulado	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	87.052	60.679	-	72.029	1.655.970
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.715)	(48.715)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(32.582)	-	-	(32.582)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(333)	-	(333)
Destinações:										
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Absorção de reserva de lucros	-	-	-	-	-	(341)	-	341	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	86.711	28.097	-	23.314	1.574.332
Aumento de capital (Nota 18)	73.004	-	-	(73.004)	-	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.314)	(23.314)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	4.943	-	-	4.943
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	56.395	-	56.395
Destinações:										
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	-	(75.000)
Absorção de reserva de lucros	-	-	-	-	-	(18.444)	-	18.444	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	(161)	-	-	161	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	663.178	30.077	454.999	-	287.795	68.267	33.040	-	-	1.537.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	59.343	13.486
Ajustes para:		
Amortização	(*) 209.805	185.184
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(237.607)	87.984
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	239.477	238.428
Valor de reposição estimado da concessão	(57.155)	(39.794)
Perda/ (ganho) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis	25.699	25.855
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	40.563	41.803
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	109.364	10.250
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	26.164	24.730
Atualização das provisões para contingências	36.468	26.852
Atualização de títulos e valores mobiliários	(15.586)	(7.434)
Outras atualizações de receitas e despesas financeiras	412	1.664
	436.947	609.008
Variações em:		
Contas a receber de clientes e outros	(263.478)	24.510
IR e CSLL a recuperar	3.337	4.303
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	10.326	(136.943)
Estoques	(4.876)	1.083
Depósitos judiciais	(20.233)	(7.245)
Despesas pagas antecipadamente	(30.422)	(970)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(6.965)	(501)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(16.351)	-
Outros ativos	(17.168)	(21.606)
	(345.830)	(137.369)
Fornecedores	165.617	15.428
Salários e encargos a pagar	41.105	(1.889)
Encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos pagos	(320.325)	(147.099)
Encargos setoriais	26.979	(23.931)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(12.162)	27.085
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	-	97.174
Indenizações e contingências pagas	(56.326)	(65.268)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(42.266)	(39.576)
Outros passivos	19.217	11.938
	(178.161)	(126.138)
Fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais	(87.044)	345.501
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(716.156)	(796.212)
Resgate/(aplicação) em títulos e valores mobiliários	191.581	110.980
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(524.575)	(685.232)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.105.340	420.742
Captação de debêntures	593.838	356.890
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(695.188)	(213.142)
Amortização do principal de debêntures	(38.481)	(216.000)
Pagamentos de custos de captação	(22.111)	(4.852)
Obrigações vinculadas	8.202	30.698
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(23.303)	(49.915)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	928.297	324.421
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	316.678	(15.310)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.658	38.968
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	340.336	23.658
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	316.678	(15.310)

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016 (Reclassificado)
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	7.941.725	7.208.925
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	(109.364)	(132.364)
	7.832.361	7.076.561
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (3.287.022)	(2.666.200)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*) (216.909)	(236.173)
Matérias-primas consumidas	(*) (8.602)	(5.392)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) (1.189.347)	(1.295.073)
	(4.701.880)	(4.202.838)
Valor adicionado bruto	3.130.481	2.873.723
Amortização	(*) (209.805)	(185.184)
Valor adicionado líquido	2.920.676	2.688.539
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(*) 370.736	649.496
Valor adicionado total a distribuir	3.291.412	3.338.035
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	160.130	118.981
Encargos sociais (exceto INSS)	27.810	26.044
Benefício pós-emprego	(16.459)	(15.334)
Auxílio alimentação	20.343	14.683
Previdência privada e outros benefícios	23.893	29.594
Despesas com desligamento	6.208	5.714
Férias e 13º salário	23.303	24.573
Plano de saúde	23.058	15.880
Participação no resultado	23.068	16.025
Administradores	6.400	5.256
Encerramento de ordem em curso	415	1.061
(-) Transferência para ordens	(35.365)	(30.104)
Outros	2.853	2.729
Subtotal	265.657	215.102
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	31.029	28.722
ICMS	1.455.339	1.379.700
PIS/COFINS sobre faturamento	309.166	328.254
Imposto de renda e contribuição social	2.948	13.819
Obrigações intra-setoriais	509.215	485.645
Outros	5.916	4.659
Subtotal	2.313.613	2.240.799
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	652.329	879.143
Aluguéis	(*) 3.418	3.324
Subtotal	655.747	882.467
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	75.000	-
Dividendos distribuídos	-	8
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	(161)	-
Absorção de reserva de lucros	(18.444)	(341)
Subtotal	56.395	(333)
Valor adicionado distribuído	3.291.412	3.338.035

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, com sede na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife – Pernambuco, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela Neoenergia S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2019.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2018.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, vide nota explicativa 23;
- (ii) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo, vide nota explicativa 23;
- (iii) o ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado, vide nota explicativa 25.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados, vide nota explicativa 19;
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, vide nota explicativa 6;

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa 9;
- (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor, vide nota explicativa 10;
- (v) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 23;
- (vi) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões, vide nota explicativa 25;
- (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa 16; e
- (viii) reconhecimento dos valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa 8.

2.5. Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente publicadas em 25 de julho de 2017.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

2.5.1. Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Ref.	01/01/2016 a 31/12/2016		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Receita líquida		4.726.776	-	4.726.776
Custo dos serviços	(a)	(4.042.095)	(52.421)	(4.094.516)
Despesas com vendas		(233.770)	-	(233.770)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(a)	(201.859)	52.421	(149.438)
Receitas financeiras		643.577	-	643.577
Despesas financeiras		(879.143)	-	(879.143)
Imposto de renda e contribuição social		(13.819)	-	(13.819)
Prejuízo do período		(333)	-	(333)

2.5.2. Demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Ref.	01/01/2016 a 31/12/2016		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Valor adicionado líquido	(b)/(c)	2.688.079	460	2.688.539
Valor adicionado recebido em transferência		649.716	(220)	649.496
Valor adicionado total a distribuir		<u>3.337.795</u>	<u>239</u>	<u>3.338.034</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	(b)/(c)	214.642	460	215.102
Impostos, Taxas e Contribuições		2.241.019	(220)	2.240.799
Remuneração de Capitais de Terceiros		882.467	-	882.467
Remuneração de Capitais Próprios		(333)	-	(333)
Valor adicionado distribuído		<u>3.337.795</u>	<u>239</u>	<u>3.338.034</u>

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido, lucro líquido do exercício e demonstração do fluxo de caixa.

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor no montante de R\$ 52.421 de custo do serviço para outras receitas/despesas gerais e administrativas.
- (b) Reclassificação de estagiário/bolsista de material, serviços terceiros e outros para pessoal no montante de R\$ 2.731 conforme despacho de encerramento ANEEL 4.356/2017.
- (c) Reclassificação de indenização trabalhista pessoal próprio de pessoal para material, serviços de terceiros e outros no montante de R\$ 2.272.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

2.6. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir.

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Mensuração

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos passivos classificados a valor justo por meio do resultado.

Mensuração

Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de *hedge*, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*.

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

(i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela ANEEL, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

c) Contrato de concessão

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores. A realização do WACC, sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica.

Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do exercício.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

e) *Impairment* de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não constatou evidências que possam indicar deterioração, em função disso não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

f) Valores a compensar/(repassar) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

g) Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "Outras Receitas" em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

h) Ativo intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

i) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). Quando a obrigação do plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Benefícios pós-emprego e outros benefícios, no passivo circulante e não circulante.

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do Imposto de Renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

k) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

m) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento, e juros pagos como fluxo de caixa das atividades operacionais.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

n) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

o) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.6).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

p) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

3.1. IFRS 9 *Financial Instruments* (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.

• Classificação - Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto na contabilização de seus ativos financeiros.

• Redução no valor recuperável (*impairment*) - ativos financeiros e ativos contratuais

A IFRS 9/CPC 48, substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- i. Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- ii. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; a Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48. Com base na metodologia de *impairment* descrita abaixo, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Em R\$ mil	<i>Impairment</i> estimado em 01/01/2018
Títulos e valores mobiliários	-
Contas a receber de clientes e outras contas a receber, incluindo ativos contratuais, em 31 de dezembro de 2017	10.781
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	10.781

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

• Passivos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- i. O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- ii. O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial. Para atendimento dos requerimentos da contabilidade de *hedge*, as variações atribuíveis às alterações no risco de crédito continuarão sendo contabilizadas no resultado.

• Contabilidade de *hedge*

Na aplicação inicial da IFRS 9/CPC 48, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* da IAS 39/CPC 38 em vez dos novos requerimentos da IFRS 9/ CPC 48. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos da IFRS 9/CPC 48.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

A IFRS 9/CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A IFRS 9/CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

A Companhia utiliza derivativos para mitigar o risco cambial e de taxa de juros em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e indexados ao IPCA, respectivamente.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos da IFRS 9/CPC 48 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. A Companhia concluiu que não haverá impactos.

• Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

• Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- i. A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- ii. As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros.

3.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente (IFRIC 13).

• Fornecimento de energia

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia fornecida é faturada, mediante a multiplicação do consumo medido pela tarifa vigente. Além do consumo de energia medido na data de leitura, entre a data dessa medição e o encerramento do mês, a Companhia reconhece a receita não faturada através de estimativa, que é contabilizada em subcontas contábeis apropriadas de fornecimento, suprimento e encargos de distribuição e transmissão não faturados.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação, quando devido. Desse modo, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deverão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto foi estimado em R\$ 18.104.

A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Uma vez descumpridos esses indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. Desse modo, as penalidades que representam ressarcimento aos clientes deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto foi estimado em R\$ 18.949.

• Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. O contrato é formalizado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que efetua o cálculo das sobras de energia adquirida (quantidade comprada x quantidade distribuída) e compara o saldo de energia com a necessidade do sistema elétrico, vendendo a quantidade de energia necessária para suprir o sistema, cuja contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Dentro do sistema elétrico, o ONS vai direcionar essa energia adquirida para qualquer outro agente que esteja precisando.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle da energia vendida. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

• Receita pela disponibilidade da rede elétrica

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço ao consumidor final, que compreende consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle da energia vendida. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

• Receita de construção da infraestrutura da concessão

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

O desempenho por parte da Companhia melhora o ativo de concessão e não cria um ativo com uso alternativo para a Companhia, que possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente, tendo em vista que o contrato de concessão prevê o direito a indenização em casos de extinção da concessão, retomada do serviço pelo poder concedente, caducidade e em casos de inadimplência. A receita de construção é reconhecida ao longo da execução da obra, juntamente com o custo.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

• Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser receitas inerentes ao serviço de distribuição de energia elétrica ou receitas de atividades acessórias.

As receitas inerentes ao serviço de distribuição de energia elétrica são receitas não tarifárias provenientes de serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica, como as receitas provenientes de serviços cobráveis. Já as atividades acessórias podem ser próprias e complementares. As atividades acessórias próprias são aquelas que se caracterizam como atividade regulada, prestada somente pela distribuidora e sujeita à fiscalização, tais como: arrecadação de convênios, compartilhamento de infraestrutura, serviços de avaliação técnica e aferição de medidores, entre outras. A receita de prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado e é regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

• Transição

A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do IFRS 15/CPC 47 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

3.3. IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS's e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e à medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 12.

• Transição

Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- i. Abordagem retrospectiva; ou

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- ii. Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

3.4. Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

- i. Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- ii. Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- iii. Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- iv. Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- v. ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- vi. IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Assuntos regulatórios

Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$ 30/MWh, vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 50/MWh, amarela, com acréscimo de R\$ 10/MWh e verde, sem acréscimo.

Em 2017 e 2016, vigorou as bandeiras tarifárias seguintes:

	Cor da Bandeira	
	2017	2016
jan	Verde	Vermelha Patamar 2
fev	Verde	Vermelha Patamar 1
mar	Amarela	Amarela
abr	Vermelha Patamar 1	Verde
mai	Vermelha Patamar 1	Verde
jun	Verde	Verde
jul	Amarela	Verde
ago	Vermelha Patamar 1	Verde
set	Amarela	Verde
out	Vermelha Patamar 2	Verde
nov	Vermelha Patamar 2	Amarela
dez	Vermelha Patamar 1	Verde

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 216.494 (R\$ 114.343 em 31 de dezembro de 2016) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 88.831 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT (R\$ 14.314 em 31 de dezembro de 2016), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 22.090 por mês, que está sendo atualizado periodicamente.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que homologou para a Companhia o valor de R\$ 16.963 por mês, no período de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 22.090 no período de abril de 2018 a março de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 218.940 (R\$ 260.243, em 31 de dezembro de 2016).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Revisão Tarifária Periódica – RTP 2017

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.226 de 25 de abril de 2017, homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 10,47%, dos quais 8,36% correspondem ao reposicionamento tarifário econômico e 2,11% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 7,62%, sendo de 4,85%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 8,87%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 29 de abril de 2017 com vigência até 28 de abril de 2018.

Reajuste Extraordinário – Angra III

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 2017, aprovou em processo extraordinário de ajuste nas tarifas das distribuidoras e republicou as Tarifas de Energia (TE) e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD), com vigência a partir de 01 de abril de 2017.

Como consequência, foi excluída da cobertura tarifária aplicada no último processo tarifário relativos ao Encargo de Energia de Reserva – EER, os valores associados à receita fixa da Usina de Angra III, ocorrendo desconto das tarifas de energia, aplicada aos clientes cativos em R\$ -67,52/MWh, sendo o efeito tarifário a ser percebido pelos consumidores residenciais em -15,31%.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Os efeitos da aplicação do redutor de Angra III foram contabilizados em contrapartida à CVA (Conta de Compensação de Valores da Parcela A) do ESS/ERR, uma vez que, tratou-se de uma antecipação de repasse de passivo já contabilizado na respectiva CVA e que seriam, normalmente, tratados no processo tarifário de abril de 2017. O valor revertido para o consumidor apurado foi de R\$ 60.227.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

		2017	2016
Caixa e equivalente de caixa	(a)		
Caixa e Depósitos bancários à vista		36.790	23.658
Fundos de investimentos		303.546	-
		<u>340.336</u>	<u>23.658</u>
Títulos e Valores Mobiliários – TVM	(b)		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		58	480
Fundos de investimentos		-	175.573
		<u>58</u>	<u>176.053</u>
Circulante		58	160.025
Não Circulante		-	16.028

- (a) Em 31 de dezembro de 2017, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Carteira (caixa e equivalentes de caixa)	2017
BB TOP Curto Prazo	300.505
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	198
BB Polo 28 FI Renda Fixa	<u>300.703</u>
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	1.898
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife	<u>1.898</u>
Itaú Curto Prazo	115
Itaú Salvador Renda Fixa Curto Prazo FI	<u>115</u>
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	830
Santander Natal Renda Fixa Curto Prazo DE FI	<u>830</u>
Total CEC – Fundos Exclusivos	<u>303.546</u>

- (b) A carteira de aplicações em títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2016, era constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Carteira (títulos e valores mobiliários)	2016
BB TOP RF moderado FI RF LP	23.146
BB TOP RF conservador FI RF longo prazo	76.955
CDBs	7.053
LF	13.084
Debêntures	278
DPGE	3.976
Outros	238
BB Polo 28 FI Renda Fixa	124.730
BRAM FI REF DI CORAL	47
BRAM FI REF DI RUBI	28
Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Recife	75
SPECIAL RF referenciado DI FI	148
Itaú HIGH GRADE RF crédito privado FI	85
Itaú VERSO a renda fixa referenciado DI LP FI	280
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI	513
Santander FI PROFIT renda fixa referenciado DI	40.222
Santander FI títulos públicos renda fixa referenciado DI	10.033
Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI	50.255
Total TVM	175.573

A partir de setembro de 2017, a estratégia adotada pela Companhia foi aplicar seus recursos financeiros em cotas de fundos de investimento e ativos que tenham o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e classificados como caixa e equivalentes de caixa.

6. Contas a receber de clientes e outros

		2017	2016
Consumidores	(a)	1.426.445	1.350.583
Comercialização de energia na CCEE	(b)	46.550	45.857
Disponibilização do sistema de distribuição		65.405	52.927
Serviços taxados e administrativos		17.590	22.133
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	55.515	61.473
Outros créditos		57.531	43.677
Terceiros		57.391	43.602
Partes relacionadas		140	75
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(504.989)	(566.717)
		1.164.047	1.009.933
Circulante		1.057.265	934.032
Não circulante		106.782	75.901

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90	Mais de 90				
		dias	dias	2017	2016	2017	2016
Setor privado							
Residencial	144.079	136.664	317.594	598.337	610.911	(317.594)	(377.539)
Industrial	55.492	9.985	53.811	119.288	120.580	(53.616)	(40.274)
Comercial	129.332	38.461	61.064	228.857	201.993	(48.582)	(51.415)
Rural	21.801	18.007	54.201	94.009	73.490	(42.200)	(36.417)
	350.704	203.117	486.670	1.040.491	1.006.974	(461.992)	(505.645)
Setor público							
Federal	8.008	1.127	561	9.696	10.091	(502)	(689)
Estadual	13.114	3.129	718	16.961	25.962	(304)	(789)
Municipal	56.913	9.530	20.860	87.303	79.471	(13.304)	(9.171)
	78.035	13.786	22.139	113.960	115.524	(14.110)	(10.649)
Iluminação pública	22.164	12.969	19.518	54.651	30.455	(3.310)	(2.307)
Serviço público	35.885	1.738	12.365	49.988	42.612	(10.079)	(7.388)
Fornecimento não faturado	167.355	-	-	167.355	155.018	-	-
Total	654.143	231.610	540.692	1.426.445	1.350.583	(489.491)	(525.989)
Circulante				1.386.696	1.291.990	(489.491)	(525.989)
Não circulante				39.749	58.593	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados *pró-rata temporis*.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Do total a receber junto a CCEE, no montante de R\$ 26.263 (R\$ 22.103 em 2016), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos e em recentes negociações para liquidação do saldo devedor, reavaliou sua estimativa quanto ao risco de não recebimento do crédito em atraso e reverteu a provisão para créditos de liquidação duvidosa anteriormente constituída.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Subvenções/Subsídios governamentais

(c.1) Baixa renda – tarifa social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212/10 e 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 39.140 e refere-se aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017 (R\$ 30.993 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2) CDE:

Em 25 de abril de 2017, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.226/17 aprovando o valor mensal de R\$ 15.196, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2017 a março de 2018.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 16.375 (R\$ 30.480 em 31 de dezembro de 2016), e corresponde às quotas dos meses de novembro a dezembro.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

	Consumidores	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	(504.924)	(22.122)	(29.421)	(556.467)
Adições	(145.358)	-	(3.978)	(149.336)
Reversões	2.179	-	14.793	16.972
Baixa para perdas (incobráveis)	122.114	-	-	122.114
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(525.989)	(22.122)	(18.606)	(566.717)
Adições	(194.017)	-	-	(194.017)
Reversões	59.423	22.122	3.108	84.653
Baixa para perdas (incobráveis)	171.092	-	-	171.092
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(489.491)	-	(15.498)	(504.989)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Impostos e contribuições a recuperar

		2017	2016
Imposto de Renda – IR	(a)	11.994	15.308
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	(a)	6.175	6.149
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	(b)	159.850	187.736
Programa de Integração Social – PIS	(c)	6.376	3.779
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(c)	32.070	17.410
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS		1.858	1.443
Imposto sobre Serviços – ISS		151	263
		218.474	232.088
Circulante		146.818	133.761
Não circulante		71.656	98.327

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos períodos corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.
- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 73.434 (R\$ 67.643 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional; diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 9.576 (R\$ 9.968 em 31 de dezembro de 2016); e crédito na compra de energia da Termope acumulados de abril a dezembro de 2017, no montante de R\$ 76.840 (R\$ 110.126 em 31 de dezembro de 2016).
- (c) PIS e COFINS a recuperar, no montante de R\$ 38.446 (R\$ 21.189 em 31 de dezembro de 2016); sendo R\$ 6.083 retidos na fonte sobre faturamento; R\$ 18.187 referentes aos ajustes de anos anteriores e estornos; e R\$ 14.176 a recuperar de clientes.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros

		2017						
		Circulante			Não circulante			
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Total líquido
CVA								
Energia	(c)	417.865	(42.776)	375.089	139.288	-	139.288	514.377
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(a)	-	(147.329)	(147.329)	-	(43.924)	(43.924)	(191.253)
TUST		27.836	-	27.836	8.401	-	8.401	36.237
Neutralidade dos encargos setoriais		16.903	(351)	16.552	5.022	-	5.022	21.574
Conta de Desenvolvimento Energético								
- CDE		-	(39.667)	(39.667)	-	(12.613)	(12.613)	(52.280)
Outras CVA's		-	(1.825)	(1.825)	-	-	-	(1.825)
Outros itens financeiros								
Recomposição Energia Termope		38.762	-	38.762	12.921	-	12.921	51.683
Repasse de Sobrecontratação	(b)	-	(58.701)	(58.701)	-	(19.303)	(19.303)	(78.004)
Previsão de Risco Hidrológico	(d)	-	(92.112)	(92.112)	-	-	-	(92.112)
Outros itens financeiros		2.339	(388)	1.951	660	(35.341)	(34.681)	(32.730)
		503.705	(383.149)	120.556	166.292	(111.181)	55.111	175.667
2016								
		Circulante			Não circulante			
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Total líquido
CVA								
Energia	(c)	67.580	(50.056)	17.524	-	(16.686)	(16.686)	838
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(a)	-	(55.130)	(55.130)	-	(9.628)	(9.628)	(64.758)
TUST		2.970	-	2.970	-	-	-	2.970
Neutralidade dos encargos setoriais		4.954	(17)	4.937	925	(6)	919	5.856
Conta de Desenvolvimento Energético								
- CDE		25.360	-	25.360	2.154	-	2.154	27.514
Outras CVA's		3.635	-	3.635	-	-	-	3.635
Outros itens financeiros								
Energia Eletronuclear		22	-	22	-	-	-	22
Reversão RTE		6.090	(9.890)	(3.800)	-	-	-	(3.800)
Recomposição Energia Termope		28.973	-	28.973	-	-	-	28.973
Repasse de Sobrecontratação	(b)	-	(59.186)	(59.186)	-	(14.086)	(14.086)	(73.272)
Outros itens financeiros		1.151	(2.965)	(1.814)	299	(5.669)	(5.370)	(7.184)
		140.734	(177.244)	(36.510)	4.294	(46.075)	(41.781)	(78.291)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

A Companhia apurou a CVA de ESS/EER, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 191.253, decorrente dos custos incorridos realizar abaixo à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de revisão tarifária.

(b) Repasse de Sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro passivo atualizado de sobrecontratação no valor de R\$ 19.485, relativo à compra de energia decorrente das exposições, recontabilizações e liquidação de sobras no mercado de curto prazo .

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém um componente financeiro de sobrecontratação passivo total atualizado de R\$ 78.004 que contempla além da constituição do repasse do período corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2016, reconhecido na revisão tarifária de abril de 2017 em fase de amortização, e o repasse da sobrecontratação de 2017 a ser reconhecido no reajuste de 2018.

(c) Energia

A Companhia apurou a CVA de Energia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 514.337, decorrente dos custos incorridos realizar acima à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(d) Previsão Risco Hidrológico

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém um componente financeiro de Risco Hidrológico passivo total atualizado de R\$ 92.112, referente a constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, homologado pela ANEEL no processo tarifário de 2017, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017.

A movimentação dos saldos de valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens está demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldos iniciais	(78.291)	106.867
Constituição ativa (passiva)	249.607	(88.119)
Reversão (amortização)	16.351	(97.174)
Remuneração financeira setorial	(12.000)	135
Saldos finais ativo (passivo)	<u>175.667</u>	<u>(78.291)</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Impostos e contribuições correntes e diferidos

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	148.370	139.698
Diferido ativo		276.510	229.093
Diferido passivo		(128.140)	(89.395)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	113.914	128.131
Ativo		<u>262.284</u>	<u>267.829</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	194.964	48.741	75.586	18.897
Diferenças temporárias	241.417	60.354	335.337	83.834
	436.381	109.095	410.923	102.731
Contribuição social				
Base negativa	194.964	17.547	75.586	6.803
Diferenças temporárias	241.417	21.728	335.158	30.164
	436.381	39.275	410.744	36.967
		<u>148.370</u>		<u>139.698</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Ativo	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	91.628	91.628	117.421	117.421
Provisão contingências	139.523	139.523	118.818	118.818
Provisão PLR	14.163	14.163	11.250	11.250
Prejuízos fiscais	194.964	194.964	75.586	75.586
Receita de ultrapassagem	88.592	88.592	92.595	92.595
Energia livre	15.172	15.172	14.246	14.246
Ajuste da quota anual de amortização	13.014	13.014	8.377	8.377
Valor justo de derivativos financeiros	553	553	1.429	1.429
Déficit plano previdenciário	221.706	221.706	244.024	244.024
Outros	33.949	33.949	2.989	2.810
Total ativo	813.264	813.264	686.735	686.556
Passivo (-)				
Valor justo do ativo indenizável	(218.395)	(218.395)	(161.236)	(161.236)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(147.444)	(147.444)	(110.360)	(110.360)
Custo de captação	(11.044)	(11.044)	(4.216)	(4.216)
Total passivo	(376.883)	(376.883)	(275.812)	(275.812)
Total líquido	436.381	436.381	410.923	410.744

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 26 de dezembro de 2017 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 08 de dezembro de 2017, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

A expectativa de realização dos tributos diferidos está demonstrada a seguir:

2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
43.027	37.093	37.093	4.451	16.321	10.385	148.370

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	59.343	59.343	13.486	13.486
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(14.217)	(14.217)	(14.827)	(14.827)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	45.126	45.126	(1.341)	(1.341)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	11.282	4.061	(335)	(121)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo:				
Diferenças permanentes	(19.569)	(7.043)	(147)	(405)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(8.287)	(2.982)	(482)	(526)
Corrente	(5)	-	-	-
Diferido	(8.282)	(2.982)	(482)	(526)
	2017	2016		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5)	-		
Imposto de renda e contribuição social diferido	(11.264)	(1.008)		
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	14.217	14.827		
Imposto de renda e contribuição social exercício	2.948	13.819		

(b) Benefício fiscal – mais valia incorporado

O benefício fiscal apurado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais valia de aquisição incorporada.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Ágio - incorporado	1.494.454
Provisão constituída	(986.340)
Benefício fiscal	508.114
Amortização acumulada	(1.117.596)
Reversão acumulada	737.613
Saldos em 31 de dezembro de 2016	128.131
Amortização	(41.815)
Reversão	27.598
Saldos em 31 de dezembro de 2017	113.914

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2018	0,02682	2021	0,02238	2024	0,01860	2027	0,01609
2019	0,02573	2022	0,02140	2025	0,01773	2028	0,01476
2020	0,02335	2023	0,02045	2026	0,01690		

10. Concessão de serviço público

10.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	2017	2016
Saldos iniciais em 01 de janeiro	1.081.698	725.673
Baixas	(1.986)	(2.341)
Transferências do ativo intangível (a)	227.430	318.572
Atualização valor de reposição estimado da concessão	57.155	39.794
Saldos finais em 31 de dezembro	1.364.297	1.081.698

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

10.2 Intangível

Em 2017, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 50.986 (R\$ 36.955 em 2016) cuja taxa média mensal de capitalização utilizada foi de 1,03%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2017			2016	
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,02	4.546.357	(2.131.260)	(207.781)	2.207.316	2.103.821
Em curso						
Direito de uso da concessão		659.677	-	(29.451)	630.226	423.841
Total		5.206.034	(2.131.260)	(237.232)	2.837.542	2.527.662

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	3.813.728	(1.802.464)	(170.030)	1.841.234	515.752	(110.669)	405.083	2.246.317
Adições	-	-	-	-	833.167	(30.698)	802.469	802.469
Baixas	(69.036)	50.572	3.171	(15.293)	(8.221)	-	(8.221)	(23.514)
Amortizações	-	(196.620)	11.436	(185.184)	-	-	-	(185.184)
Transferências – Intangíveis	478.549	-	(14.282)	464.267	(478.549)	14.282	(464.267)	-
Transferências – Ativos financeiros	(1.203)	-	-	(1.203)	(331.149)	13.780	(317.369)	(318.572)
Transferências – Outros	-	-	-	-	12.789	(6.643)	6.146	6.146
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.222.038	(1.948.512)	(169.705)	2.103.821	543.789	(119.948)	423.841	2.527.662
Adições	-	-	-	-	767.144	(8.202)	758.942	758.942
Baixas	(52.371)	43.183	-	(9.188)	(14.525)	-	(14.525)	(23.713)
Amortizações	-	(225.931)	16.126	(209.805)	-	-	-	(209.805)
Transferências – Intangíveis	378.550	-	(54.202)	324.348	(378.550)	54.202	(324.348)	-
Transferências – Ativos financeiros (a)	(1.860)	-	-	(1.860)	(277.342)	51.772	(225.570)	(227.430)
Transferências – Outros (b)	-	-	-	-	19.161	(7.275)	11.886	11.886
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.546.357	(2.131.260)	(207.781)	2.207.316	659.677	(29.451)	630.226	2.837.542

- (a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.
(b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Fornecedores

	2017	2016
Energia elétrica	657.058	531.499
Terceiros	469.284	210.830
Partes relacionadas	187.774	320.669
Encargos de uso da rede	58.105	27.233
Terceiros	57.402	26.538
Partes relacionadas	703	695
Materiais e serviços	116.880	111.674
Terceiros	116.631	111.124
Partes relacionadas	249	550
Energia livre	44.256	40.276
	876.299	710.682
Circulante	832.043	531.559
Não circulante	44.256	179.123

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

	2017			2016
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total(*)
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional				
BANCO DO BRASIL	291.075	-	291.075	215.469
BNDES	645.434	-	645.434	681.771
CEF	20.405	-	20.405	-
ELETROBRÁS	-	-	-	23.012
FINEP	6.367	-	6.367	20.611
IBM	42.450	-	42.450	51.238
SANTANDER	336.713	-	336.713	100.564
(-) Custos de transação	(7.542)	-	(7.542)	(4.217)
Total moeda nacional	1.334.902	-	1.334.902	1.088.448
Moeda nacional - Circulante	185.918	-	185.918	309.045
Moeda nacional - Não circulante	1.148.984	-	1.148.984	779.403
Moeda estrangeira				
BANCO ABC	-	-	-	20.023
BANK OF AMERICA	85.540	(7.583)	77.957	-
BNP PARIBAS	85.540	(7.581)	77.959	-
HSBC	145.371	(3.224)	142.147	144.176
ITAU	206.166	(10.144)	196.022	269.852
KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU – KFW	935	-	935	849
MIZUHO	68.044	-	68.044	-
SANTANDER	-	-	-	228.258
CITIBANK	222.084	(50.109)	171.975	94.887
VOTORANTIM	-	(3.593)	(3.593)	-
SUMITOMO	85.480	(6.020)	79.460	-
ICBC	60.075	-	60.075	-
(-) Custos de transação	-	-	-	(12)
Total moeda estrangeira	959.235	(88.254)	870.981	758.033
Moeda estrangeira - Circulante	286.980	(40.471)	246.509	433.421
Moeda estrangeira - Não circulante	672.255	(47.783)	624.472	324.612
Total de empréstimos e financiamentos	2.294.137	(88.254)	2.205.883	1.846.481
Empréstimos e financiamentos - Circulante	472.898	(40.471)	432.427	742.466
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	1.821.239	(47.783)	1.773.456	1.104.015
Debêntures				
CELPE	939.749	(4.565)	935.184	377.567
(-) Custos de transação	(4.944)	-	(4.944)	(1.461)
Total de debêntures	934.805	(4.565)	930.240	376.106
Debêntures - Circulante	188.241	1.589	189.830	69.751
Debêntures - Não circulante	746.564	(6.154)	740.410	306.355
Endividamento total	3.228.942	(92.819)	3.136.123	2.222.587
Endividamento total - Circulante	661.139	(38.882)	622.257	812.217
Endividamento total - Não circulante	2.567.803	(53.937)	2.513.866	1.410.370

(*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamentos:

	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa	2017
	2015	Adições	Baixas	Outros		2016	Adições	Baixas	Outros		
Empréstimos e financiamentos	1.705.355	420.742	(213.142)	(4.852)	(60.072)	1.848.031	1.105.340	(695.188)	(22.111)	58.065	2.294.137
Debêntures	222.081	356.890	(216.000)	-	13.135	376.106	593.838	(38.481)	-	3.342	934.805
Obrigações vinculadas	-	30.698	-	-	-	30.698	8.202	-	-	-	38.900

12.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	179.386	826.929	159.185	363.084	1.528.584
Ingressos	126.139	84.603	20.000	190.000	420.742
Encargos	87.605	13	19.401	-	107.019
Variação monetária e cambial	2.691	10.248	(33.638)	(91.380)	(112.079)
Swap	-	-	107.785	92.743	200.528
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	652	213	865
Transferências	140.185	(140.185)	230.048	(230.048)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(251.925)	(2.205)	(70.113)	-	(324.243)
(-) Mov. depósitos em garantia	24.054	-	-	-	24.054
(-) Custos de transação	910	-	101	-	1.011
Saldos em 31 de dezembro de 2016	309.045	779.403	433.421	324.612	1.846.481
Ingressos	13.580	507.527	50.000	534.233	1.105.340
Encargos	77.154	9.646	25.044	-	111.844
Variação monetária e cambial	3.224	15.050	(4.437)	19.841	33.678
Swap	-	-	60.929	(20.026)	40.903
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(680)	(279)	(959)
Transferências	156.609	(156.609)	233.909	(233.909)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(377.566)	(6.033)	(561.713)	-	(945.312)
(-) Custos de transação	3.872	-	10.036	-	13.908
Saldos em 31 de dezembro de 2017	185.918	1.148.984	246.509	624.472	2.205.883

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício de 2017:

Financiadores	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Valor captado
		TJLP + 1,59% a.a. até 2,09% a.a. / SELIC +	
BNDES	2023	2,09% a.a.	96.108
BANCO DO BRASIL	2019	9,5% a.a.	100.000
MIZUHO	2020	USD + LIBOR + 1,40% a.a.	63.369
SANTANDER	2021 e 2022	121% até 122,6% do CDI	325.000
ITAÚ	2017 e 2021	USD + 2,01% a.a. até 4,0715% a.a.	150.000
BANK OF AMERICA	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907
BNP	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907
CITIBANK	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907
SUMITOMO	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907
ICBC	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	55.235
Total			1.105.340

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2017			2016		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2018	-	-	-	476.473	(1.057)	475.416
2019	390.645	(2.551)	388.094	181.136	(863)	180.273
2020	634.879	(1.238)	633.641	181.136	(642)	180.494
2021	444.369	(671)	443.698	151.078	(421)	150.657
2022	249.626	(383)	249.243	67.873	(241)	67.632
Após 2022	59.203	(230)	58.973	49.675	(157)	49.518
Total obrigações	1.778.722	(5.073)	1.773.649	1.107.371	(3.381)	1.103.990
Marcação a mercado			(193)			25
			1.773.456			1.104.015

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A. com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

Em 31 de dezembro de 2017, os índices financeiros requeridos foram atendidos.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Todos os contratos foram aditados para prever no cálculo a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação, à exceção do contrato junto ao Banco Itáu em que, a Companhia obteve *waiver* (autorização) para isentar a Companhia dos limites máximos de alavancagem por um período de 12 meses a partir da data da incorporação, até que o efeito desproporcional provocado pela consolidação integral da dívida da empresa incorporada e consolidação gradual dos resultados seja eliminado.

Adicionalmente, o contrato firmado junto ao BNDES prevê que no caso de não cumprimento dos índices financeiros, a Companhia deve constituir garantias reais de 130% do saldo devedor, no prazo de 30 dias da notificação do banco. As garantias adicionais serão constituídas conforme previsto em contrato. Vale ressaltar que o descumprimento do índice financeiro não enseja o vencimento antecipado.

12.2 Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros vinculados é a seguinte:

	Passivo		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	150.122	71.959	222.081
Ingressos	50.000	306.890	356.890
Encargos	52.744	-	52.744
Transferências	71.260	(71.260)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(255.616)	(1.234)	(256.850)
(-) Custos de transação	1.241	-	1.241
Saldos em 31 de dezembro de 2016	69.751	306.355	376.106
Ingressos	-	593.838	593.838
Encargos	87.858	-	87.858
Variação monetária e cambial	25	1.360	1.385
Swap	1.587	(1.233)	354
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	82	82
Transferências	155.778	(155.778)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(126.579)	(4.214)	(130.793)
(-) Custos de transação	1.410	-	1.410
Saldos em 31 de dezembro de 2017	189.830	740.410	930.240

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício de 2017:

Emissão	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
7ª – 1ª Série	15/01/2020	121,00% CDI	300.000
7ª – 1ª Série	15/01/2020	121,00% CDI	203.838
7ª – 2ª Série	15/01/2022	IPCA + 6,1827% a.a.	90.000
Total			593.838

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2017			2016		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2018	-	-	-	153.445	(478)	152.967
2019	153.455	(1.785)	151.670	153.445	(57)	153.388
2020	500.000	(650)	499.350	-	-	-
2021	-	(630)	(630)	-	-	-
2022	90.127	(189)	89.938	-	-	-
Total	743.582	(3.254)	740.328	306.890	(535)	306.355
Marcação a mercado			82			-
			740.410			306.355

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras da emissão de debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A., listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

Os contratos que preveem apuração de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A. foram adotados ou obtiveram anuência prévia para prever no cálculo a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação. Em 31 de dezembro de 2017, todos os índices foram atingidos.

13. Salários e encargos a pagar

	2017	2016
Salários	28.823	5.032
Encargos sociais	16.337	5.562
Provisões para férias e 13º salário	13.488	13.416
Encargos sobre provisões para férias e 13º salário	5.018	5.473
Provisão sobre participação nos lucros e resultados	14.163	11.250
Outros	5.093	1.084
	82.922	41.817

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

14. Encargos setoriais

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida regulatória em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A partir de 3 de maio de 2016, por meio da Lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao Programa de Eficiência Energética será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada mensalmente pela taxa de juros SELIC.

		2017	2016
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	16.963	35.358
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	2.602	2.449
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	1.301	1.225
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(b)	37.091	17.474
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	20.105	15.430
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		480	428
Encargos Setoriais – Outros CCRBT	(c)	29.477	5.724
Total		108.019	78.088
Circulante		73.521	48.979
Não circulante		34.498	29.109

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto, refere-se às quotas mensais definitivas de CDE – Uso, no valor de R\$ 6.695 (R\$ 7.450 em 2016), para o período de fevereiro a dezembro de 2017, conforme Resolução nº 2.204 de 03/2017; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 6.183 (R\$ 5.818 em 2016), conforme Resolução nº 2.002 de 02/2017 com dedução de R\$ 112, referente às liminares ABRACE/ANACE, previstas no Despacho nº 1.576 de 06/2016; e CDE-CONTA ACR, no valor de R\$ 16.963 (R\$ 22.090 em 2016), conforme Resolução nº 2.231 de 04/2017.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à conta centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 4 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

15. Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	158.862	145.124
Programa de Integração Social – PIS	7.007	9.462
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	32.113	43.752
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	4.245	3.897
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	1.024	945
Imposto sobre Serviços – ISS	2.272	2.481
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.101	1.712
Outros	5.870	7.835
Total	213.494	215.208
Circulante	213.494	215.208

16. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	37.079	77.678	674	115.431
Adição	33.557	31.441	1.764	66.762
Reversão	(9.131)	(15.828)	-	(24.959)
Pagamentos/Indenizações	(26.955)	(34.720)	(3.593)	(65.268)
Atualização	6.245	18.666	1.941	26.852
Saldos em 31 de dezembro de 2016	40.795	77.237	786	118.818
Adição	37.848	30.490	-	68.338
Reversão	(10.819)	(14.682)	-	(25.501)
Pagamentos/Indenizações	(19.253)	(39.347)	-	(58.600)
Atualização	10.639	25.825	4	36.468
Saldos em 31 de dezembro de 2017	59.210	79.523	790	139.523
Circulante	19.253	31.350	-	50.603
Não circulante	39.957	48.173	790	88.920

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 476.796 (R\$ 374.049 em 31 de dezembro de 2016) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m..

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, morte, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 287.393 (R\$ 331.670 em 31 de dezembro de 2016) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m..

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.408.693 (R\$ 1.293.928 em 31 de dezembro de 2016) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

- (i) Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores micro empresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 20.563 (R\$ 19.791 em 31 de dezembro de 2016);
- (ii) Auto de infração por falta de retenção do IRRF (IRPJ) incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 33.942 (R\$ 31.156 em 31 de dezembro de 2016); e
- (iii) Autos de infração decorrentes da dedução da despesa de amortização do ágio das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que resultaram ainda em glosa de créditos apurados, já utilizados em compensações de tributos federais, totalizando o montante de R\$ 1.099.940 (R\$ 1.001.500 em 31 de dezembro de 2016).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência do ágio quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer o ágio decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Depósitos judiciais

Correlacionado às provisões, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária. São registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Trabalhistas	47.905	28.157
Cíveis	36.850	34.200
Fiscais	12.133	11.760
Total	96.888	74.117

17. Outros passivos

		2017	2016
Consumidores	(a)	29.717	28.207
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	(b)	16.049	15.900
Caução em garantia	(c)	127.297	100.615
Adiantamentos recebidos		7.472	9.295
Cooperativas - Aquisição de ativos		5.832	17.495
Outras		12.430	8.068
		198.797	179.580
Circulante		162.045	149.787
Não circulante		36.751	29.793

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de Universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) COSIP – Corresponde a valores arrecadados de iluminação pública, a serem repassados às Prefeituras.
- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

18. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 700.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663.178 (R\$ 590.174 em 31 de dezembro de 2016).

Em 22 de fevereiro de 2017, a Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou e em 10 de abril de 2017 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou, o aumento do capital social, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 73.004, dentro do limite do capital social autorizado, através da capitalização dos saldos da reserva de incentivo fiscal constituída até dezembro de 2007, para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas / Qtde Ações vs R\$	2016						Total	
	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	66.023	522.229	464	3.672	400	3.167	66.887	529.068
Outros	280	2.216	7.103	56.184	342	2.706	7.725	61.106
Total	66.303	524.445	7.567	59.856	742	5.873	74.612	590.174

* Lote de mil ações.

Acionistas / Qtde Ações vs R\$	2017						Total	
	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	66.023	586.829	464	4.127	400	3.559	66.887	594.515
Outros	280	2.490	7.103	63.133	342	3.040	7.725	68.663
Total	66.303	589.319	7.567	67.260	742	6.599	74.612	663.178

* Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	74.612	74.612
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	56.395	(333)
Lucro do período / Total de ações	0,76	0,00

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Reservas de Capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 454.999, gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 31 de dezembro de 2017, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 394.200 e a disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 341.084 (R\$ 326.867 em 31 de dezembro de 2016).

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

A Companhia não apurou incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

b) Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2011 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2017					
AGO de 10 de abril de 2017	Dividendos 2016	8	0,0001152	0,0001152	0,0001227
AGE de 10 de agosto de 2017	Dividendos adicionais propostos 2014	23.315	0,3121646	0,3121646	0,3433811
Ata RCA de 21 de dezembro de 2017	Juros sobre Capital Próprio	75.000	1,0041958	1,0041958	1,1046153
		98.323			
2016					
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos Adicionais 2015	48.715	0,6522655	0,6522655	0,7174921
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos Complementares	1.239	0,0165827	0,0165827	0,0182409
		49.954			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais “Classe B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	56.395	(333)
Incentivo fiscal SUDENE	161	-
Amortização do ágio incorporado	41.815	43.608
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(27.598)	(28.781)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(14.217)	(14.827)
Base de cálculo do dividendo (*)	56.556	33
<u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u>	14.139	8

Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:

Juros sobre capital próprio	75.000	-
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	-	8
Dividendos adicionais propostos	-	23.314
Total bruto	75.000	23.322
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (**)	(10.448)	-

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

(*) Os dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram calculados levando-se em consideração o resultado dos referidos exercícios, apurados originalmente antes de qualquer reapresentação das demonstrações financeiras.

(**) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2017	2016
Saldos iniciais	105	1.297
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	23.315	48.715
Propostos	75.000	8
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(10.448)	-
Pagos no exercício	(23.303)	(49.915)
Saldos finais	64.669	105

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos como outros resultados abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego, líquidas dos efeitos tributários.

19. Receita líquida

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

		2017	2016
Fornecimento de energia	(a)	3.409.194	3.082.329
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	(b)	154.076	192.723
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	3.288.936	3.250.232
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(d)	265.958	(185.293)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		691.074	763.913
Outras receitas	(e)	132.487	105.021
Total receita bruta		7.941.725	7.208.925
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(2.623.316)	(2.482.149)
Total receita operacional líquida		5.318.409	4.726.776

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Ref.	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Consumidores:				
Residencial	4.849.519	4.851.619	2.953.761	2.698.456
Industrial	1.088.805	1.485.027	557.741	683.214
Comercial	2.452.977	2.582.063	1.577.209	1.508.962
Rural	677.717	667.926	253.082	224.489
Poder público	628.169	635.997	362.167	339.101
Iluminação pública	487.175	461.254	192.893	162.933
Serviço público	572.231	579.062	212.083	197.298
Consumo próprio	14.979	15.497	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	2.491	(10.724)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - (1)	-	-	-	-
Consumidor cativo	-	-	(3.050.033)	(3.056.024)
Subvenções	-	-	347.800	334.624
	10.771.572	11.278.445	3.409.194	3.082.329

(*) Informações não auditadas.

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/08, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2017	2016
Receita de uso - consumidor livre	238.903	194.208
Receita de uso - consumidor cativo (*)	3.050.033	3.056.024
	3.288.936	3.250.232

(*) Vide comentários nota (a), acima.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros

	2017	2016
CVA		
Energia	509.253	(191.257)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	(121.301)	52.583
TUST	32.014	(7.290)
Neutralidade dos encargos setoriais	14.646	3.484
Outras CVA's	(83.203)	(25.710)
Outros Itens Financeiros		
Energia eletrônica	(22)	(1.678)
Exposição financeira	-	(6.472)
Reversão RTE 2015	3.800	(2.639)
Sobrecontratação	4.361	(29.179)
Recomposição energia Termope	21.599	28.964
Risco hidrológico	(91.191)	-
Outros itens financeiros	(23.998)	(6.099)
	265.958	(185.293)

(e) Outras receitas

	2017	2016
Renda da prestação de serviços	21.237	24.087
Arrendamentos e aluguéis	29.181	26.930
Serviço taxado	9.013	7.916
Valor de reposição estimado da concessão (*)	57.155	39.794
Outras receitas	15.901	6.294
	132.487	105.021

(*) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

(f) Deduções da receita bruta

	2017	2016
Impostos e contribuições		
ICMS	(1.455.339)	(1.379.700)
PIS	(117.279)	(109.632)
COFINS	(538.867)	(504.984)
ISS	(2.616)	(2.188)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (*)	(369.098)	(420.807)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(22.851)	(22.129)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(9.140)	(8.852)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(4.570)	(4.426)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(9.140)	(8.852)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(88.815)	(15.541)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica –TFSEE	(5.601)	(5.038)
Total	(2.623.316)	(2.482.149)

(*) Vide nota 14 (a).

20. Custos e despesas operacionais do serviço

20.1 Custo de energia elétrica

	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Energia comprada para revenda				
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	6.570.052	7.284.092	(900.610)	(1.031.611)
Contratos bilaterais	3.416.400	3.425.760	(829.947)	(800.504)
Contratos por cotas de garantia física	3.561.613	3.844.864	(223.690)	(241.406)
Cotas das usinas Angra I e Angra II	442.472	443.684	(100.247)	(89.197)
Mercado de curto prazo	190.967	-	(147.136)	104.725
PROINFA	272.907	281.497	(93.798)	(100.937)
Ressarcimento de energia	-	-	28.230	4.698
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	327.538	257.261
Encargos de Energia de Reserva – EER	-	-	-	(34.871)
Custos variáveis do MCP	-	-	(1.019.824)	(477.097)
	14.454.411	15.279.897	(2.959.484)	(2.408.939)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica			(260.749)	(107.801)
Encargos de conexão			(14.088)	(14.173)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(10.806)	(8.820)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS			(45.336)	(105.439)
Encargos de Energia de Reserva – EER			114.070	59
(-) Créditos de PIS e COFINS			17.378	25.107
			(199.531)	(211.067)
Total			(3.159.015)	(2.620.006)

(*) Informações não auditadas.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

20.2 Custo de operação e despesas operacionais

Custos / Despesas	Ref.	2017				2016
		Custos dos serviços	Despesas com vendas	Outras receitas/despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(186.581)	(52.434)	(66.938)	(305.953)	(253.040)
Administradores		-	-	(7.192)	(7.192)	(6.120)
Benefício pós-emprego		-	-	16.459	16.459	15.334
Material		(28.144)	(328)	(4.868)	(33.340)	(24.918)
Combustível para produção de energia		(10.407)	-	-	(10.407)	(7.235)
Serviços de terceiros		(295.130)	(44.353)	(71.696)	(411.179)	(421.310)
Amortização	(b)	(177.507)	-	(25.941)	(203.448)	(180.620)
Arrendamentos e aluguéis		(1.218)	(913)	(1.098)	(3.229)	(3.128)
Tributos		(1.202)	(263)	(1.835)	(3.300)	(2.471)
Provisões líquidas – PCLD		-	61.728	-	61.728	(10.250)
Perdas contas a receber		-	(171.092)	-	(171.092)	(122.114)
Provisões líquidas – contingências		-	-	(42.837)	(42.837)	(41.804)
Outros custos e despesas	(c)	(57.279)	(1.170)	50.603	(7.846)	(36.129)
Total custos / despesas		(757.468)	(208.825)	(155.343)	(1.121.636)	(1.093.805)

(a) Custo e despesa de pessoal

	2017	2016
		(Reclassificado)
Remunerações	(160.130)	(118.981)
Encargos sociais	(58.047)	(53.902)
Auxílio alimentação	(20.343)	(14.683)
Previdência privada e outros benefícios	(23.893)	(29.594)
Rescisões	(6.208)	(5.714)
Férias e 13º salário	(23.303)	(24.573)
Plano de saúde	(23.058)	(15.880)
Participação nos lucros e resultados	(23.068)	(16.025)
Encerramento de ordem em curso	(415)	(1.061)
(-) Transferências para ordens	35.365	30.104
Outros	(2.853)	(2.731)
	(305.953)	(253.040)

(b) Amortização

	2017	2016
Quota de amortização no exercício	(209.805)	(185.184)
(-) Crédito PIS/COFINS	6.357	4.564
	(203.448)	(180.620)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Outros custos e despesas

	2017	2016
		(Reclassificado)
Seguros	(1.947)	(1.611)
Doações e contribuições	(1.694)	(1.227)
Recuperação de despesa	12.835	10.462
Órgãos de classe do setor elétrico	(2.465)	(2.631)
Despesas de viagem	(5.320)	(4.791)
Consumo próprio de energia elétrica	(9.766)	(9.788)
Propaganda e publicidade	(1.785)	(3.484)
Alimentação	(177)	(187)
Multas regulatórias	(17.103)	(14.222)
Encerramento de ordem	9	(57)
Multa contratual do consumidor	48.420	47.572
Violação de prazo	(1.846)	(1.069)
Perdas / alienação / cancelamento / desativação	(21.595)	(43.725)
Indenização danos elétricos	(3.698)	(2.295)
Outros	(1.714)	(9.076)
Total	(7.846)	(36.129)

21. Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	33.141	19.140
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	32.240	34.230
Variações monetárias e cambiais - Dívida	188.953	459.244
Variações monetárias e cambiais - Outras	5.541	23.855
Instrumentos financeiros derivativos	95.527	110.007
Atualização depósitos judiciais	2.538	1.619
Atualização do ativo financeiro setorial	-	135
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(5.748)	(5.919)
Outras receitas financeiras	12.796	1.266
	364.988	643.577
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívidas	(166.909)	(130.314)
Variações monetárias e cambiais - Dívida	(223.052)	(347.946)
Variações monetárias e cambiais - Outras	(14.349)	(18.932)
Instrumentos financeiros derivativos	(136.964)	(310.534)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios IOF	(26.166)	(24.730)
	(5.038)	(6.222)
Encargos P&D/PEE	(2.949)	(3.427)
Atualização do passivo financeiro setorial	(11.999)	-
Atualização contingências	(36.468)	(26.852)
Outras despesas financeiras	(28.435)	(10.186)
	(652.329)	(879.143)
Resultado financeiro líquido	(287.341)	(235.566)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Notas	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		Vencimento
		2017	2016	2017	2016	
<u>Compra de energia elétrica</u>						
Termopernambuco S/A	(a.1)	(165.022)	(304.242)	(1.049.434)	(994.470)	2024
Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	(a.2)	(410)	(398)	(3.421)	(3.235)	2039
Goiás Sul Geração de Energia	(a.2)	-	(245)	-	(1.993)	2039
Norte Energia S.A.	(a.2)	(17.230)	(10.093)	(140.414)	(37.983)	2044
Energética Águas da Pedra	(a.2)	(2.224)	(2.159)	(18.567)	(17.555)	2040
Rio PCH I S.A.	(a.2)	-	(319)	-	(2.597)	2038
Calango 1 Energia Renovável S/A	(a.2)	(20)	(40)	(238)	(223)	2033
Calango 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	(17)	(17)	(204)	(190)	2032
Calango 3 Energia Renovável S/A	(a.2)	(20)	(20)	(238)	(223)	2032
Calango 4 Energia Renovável S/A	(a.2)	(19)	(18)	(221)	(207)	2033
Calango 5 Energia Renovável S/A	(a.2)	(20)	(19)	(235)	(220)	2032
Caetité 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	(17)	(16)	(197)	(185)	2032
Caetité 3 Energia Renovável S/A	(a.2)	(17)	(17)	(199)	(186)	2032
Mel 2 Energia Renovável S.A	(a.2)	(14)	(13)	(161)	(150)	2032
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	(a.2)	(18)	-	(215)	(184)	2032
Teles Pires Participações	(a.2)	(2.726)	(3.053)	(25.082)	(28.240)	2044
		(187.774)	(320.669)	(1.238.826)	(1.087.841)	
<u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CCT)</u>						
Termopernambuco S/A	(d)	(68)	(136)	(803)	(722)	2030
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(c)	(38)	(17)	(259)	(155)	2030
SE Nandiba S.A.	(c)	(4)	(2)	(35)	(19)	2030
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	(c)	(41)	(22)	(275)	(25)	2030
		(151)	(177)	(1.372)	(921)	
<u>Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)</u>						
Coelba	(b)	(412)	(443)	(5.173)	(4.474)	2030
		(412)	(443)	(5.173)	(4.474)	
<u>Serviços administrativos</u>						
Amara Brasil	(f)	(249)	(480)	(4.530)	(4.240)	2018
CELPOS	(g)	(111.089)	(125.807)	(32.125)	(46.558)	Indeterminado
		(111.338)	(126.287)	(36.655)	(50.798)	

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

CONTROLADORES	Notas	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		Vencimento
		2017	2016	2017	2016	
<u>Serviços administrativos</u>						
Neoenergia S.A	(e)	21.731	(70)	(8.085)	(799)	2018
Banco do Brasil	(i)	-	-	(3.066)	(2.587)	2018
		21.731	(70)	(11.151)	(3.386)	
<u>Dividendos e JSCP</u>						
Neoenergia S.A	(j)	(57.129)	(8)	-	-	-
Outros Minoritários		(7.540)	(97)	-	-	-
		(64.669)	(105)	-	-	
<u>Empréstimos e aplicação financeira</u>						
(h)/(i)						
BB - Banco Investimento S/A		9.628	(15.894)	(6.816)	(27.911)	2021
		9.628	(15.894)	(6.816)	(27.911)	
TOTAL		(332.985)	(463.645)	(1.299.993)	(1.175.331)	
Circulante		44.175	(44.242)			
Não circulante		(377.160)	(419.403)			

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovada pela ANEEL. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contrato de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM e contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval.

(f) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

(g) Saldos de planos previdenciários junto a Celpos e de contrato de reconhecimento de dívida junto a esta fundação, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- (h) Contratos de empréstimo, corrigidos mensalmente com base no CDI e aplicação em fundos de investimento em renda fixa (BB Polo 28).
- (i) Contrato de serviço de arrecadação de faturas de energia.
- (j) Dividendos e juros sobre capital próprio.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

22.1 Remunerações da Administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 7.192 (R\$ 6.120 em 31 de dezembro de 2016) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, conforme detalhamento abaixo:

	2017	2016
Remuneração recorrente	3.238	2.711
Benefícios de curto prazo	2.977	1.240
Benefícios de longo prazo	799	(152)
Rescisões contratuais	178	2.321
Total	7.192	6.120

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 10 de abril de 2017, aprovou o montante de até R\$ 6.139 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2017. Neste período, o montante pago foi de R\$ 5.253 (R\$ 6.504 até dezembro de 2016), conforme detalhamento abaixo:

	2017	2016
Remuneração recorrente	3.383	2.711
Benefícios de curto prazo	1.418	1.240
Benefícios de longo prazo	274	232
Rescisões contratuais	178	2.321
Total	5.253	6.504

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

23. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na política de riscos financeiros e na política de risco de crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre as diretrizes previstas nessas políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos nem alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2017, operações de *hedge* cambial para a totalidade de suas dívidas em moeda e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) “Informações complementares sobre os instrumentos derivativos”.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) “Informações complementares sobre os instrumentos derivativos”.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam preferencialmente alocadas em fundos exclusivos as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2017, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 303.603, sendo R\$ 303.546 em fundos exclusivos e R\$ 58 em outros ativos.

Adicionalmente, a Companhia negociou a contratação, em janeiro de 2017, de um *standby credit facility* de R\$ 100.000 junto a instituições financeiras como estratégia de liquidez.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	2.294.137	2.944.584	575.476	505.680	811.309	577.548	382.709	91.862
Debêntures	934.805	1.076.778	220.756	206.630	529.995	6.325	113.072	-
Fornecedores	876.299	876.299	832.043	-	-	-	-	44.256
Passivos financeiros derivativos:								
Swap cambial	(92.819)	(123.231)	(26.258)	10.393	(72.212)	(20.809)	(13.986)	(359)

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições de sua política de riscos de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's* ou *S&P* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2017.

<i>Ratings</i> de longo prazo em escala nacional¹	<i>Moody's</i>	<i>S&P</i>
Banco do Brasil	Aa1	-
BNP Paribas	-	AA-
Bradesco	Aa1	AA-
Caixa Econômica Federal	Aa1	AA-
Citibank	-	AA-
Itaú	A1	AA-
Mizuho	Aaa	-
Tokyo-Mitsubishi	-	AA-
Votorantim	Aa3	AA-

^[1] Bank of America, HSBC, JP Morgan e Sumitomo possuem *ratings* apenas em escala global.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	-	175.634
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	340.336	23.658
Contas a receber de clientes e outros	1.669.036	1.576.650
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	175.667	-
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	58	419
Disponível para venda		
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.364.297	1.081.698

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos, bem como nenhuma das operações contratadas teve custo inicial associado.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), valor justo, data de contratação, data de vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

(i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

	Valores de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
<i>Swap</i> US\$ pós vs R\$ pós	2017	2016	Vencimento (Ano)	2017	2016	2017
Ativa	\$ 223.367	\$ 85.147	2018/2020	(752.669)	(275.467)	(477.202)
Passiva	R\$ 675.199	R\$ 239.500		675.199	239.501	435.698
Risco de crédito				(190)	25	(215)
Líquido				(77.660)	(35.941)	(41.719)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valores de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
	2017	2016	Vencimento (Ano)	2017	2016	2017
Ativa	\$ 60.665	\$ 147.910	2019/2021	(206.718)	(485.007)	278.290
Passiva	R\$ 196.656	R\$ 519.076		196.656	519.079	(322.424)
Risco de crédito				(82)	615	(697)
Líquido				(10.144)	34.687	(44.831)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio de resultado.

(ii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Euribor*).

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valores de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
	2017	2016	Vencimento (Ano)	2017	2016	2017
Ativa	€ 208	€ 219	2026	(982)	(904)	(78)
Passiva	R\$ 539	R\$ 552		539	610	(71)
Risco de crédito				(4)	(2)	(2)
Líquido				(447)	(296)	(151)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio de resultado.

(iii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Swap IPCA vs CDI	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
	2017	2016		2017	2016	2017
Ativa	R\$ 94.662	R\$ -	2022	(99.575)	-	(99.575)
Passiva	R\$ 95.014	R\$ -		95.014	-	95.014
Risco de crédito				(7)	-	(7)
Líquido				(4.568)	-	(4.568)

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- *Hedge* de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado.

f) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício.

- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar		Alta do Dólar		(959.387)	(239.848)	(479.696)
Swap ponta ativa em Dólar	Dólar(\$)	Queda do Dólar	3,3080	959.387	239.848	479.696
Exposição líquida					-	-
Dívida em Euro		Alta do Euro		(885)	(221)	(443)
Swap ponta ativa em Euro	Euro(€)	Queda do Euro	3,9693	982	246	492
Exposição líquida				97	25	49

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,9%	303.603	5.100	3.848	2.582
PASSIVOS FINANCEIROS							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,9%	(1.409.299)	(27.948)	(6.738)	(13.382)
Swap ponta passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	6,9%	(967.407)	(18.657)	(4.502)	(8.943)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,8%	(99.865)	(2.243)	(175)	(350)
Swap ponta ativa em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,8%	99.577	2.236	174	349
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	1,7%	(752.666)	(6.181)	(797)	(1.593)
Swap ponta ativa LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	1,7%	752.667	7.330	944	1.888
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	6,9%	(161.868)	(3.576)	(663)	(1.319)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,0%	(371.859)	(8.421)	(1.627)	(3.254)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

g) Estimativa a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

		2017		2016	
	Nível (*)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		1.680.050	175.667	1.033.591	-
Caixa e equivalentes de caixa		340.336	-	23.658	-
Contas a receber de clientes e outros		1.164.047	-	1.009.933	-
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	175.667	175.667	-	-
Mantidos até o vencimento		58	58	419	419
Títulos e valores mobiliários	2	58	58	419	419
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		99.281	99.281	238.158	238.158
Títulos e valores mobiliários (**)	2	-	-	175.634	175.634
Swap cambial	2	99.281	99.281	62.524	62.524
Disponível para venda		1.364.297	1.364.297	1.081.698	1.081.698
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	3	1.364.297	1.364.297	1.081.698	1.081.698
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		3.048.431	3.060.902	2.253.528	2.252.280
Fornecedores	2	876.299	876.299	710.682	710.682
Empréstimos e financiamentos	2	1.334.902	1.342.850	1.088.449	1.088.449
Debêntures	2	837.230	841.753	376.106	374.858
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	3	-	-	78.291	78.291
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		1.063.272	1.063.272	820.556	820.556
Empréstimos e financiamentos	2	959.235	959.235	759.582	759.582
Debêntures	2	97.575	97.575	-	-
Swap cambial	2	6.462	6.462	60.974	60.974

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

(**) A partir de setembro de 2017, a estratégia adotada pela Companhia foi aplicar seus recursos financeiros em ativos e cotas de fundo aderentes a classificação contábil de caixa e equivalentes de caixa, ativos estes com liquidez diária e classificação de curto prazo, desta forma alterando a classificação contábil dos fundos de investimentos exclusivos de TVM para caixa e equivalentes de caixa. Atualmente existe uma pequena parcela classificada como TVM que contempla em sua grande maioria CDB (Certificados de Depósito Bancário) de instituições financeiras de primeira linha, com uma remuneração atrelada ao CDI e com prazo superior a 360 dias, sendo estes com finalidade de garantia de Leilão de Energia.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do *swap*.

Para mensuração do valor justo das debêntures a Companhia se utilizou do valor da curva, pois como foi apresentada baixa negociação no mercado secundário para os ativos em questão, vale ressaltar que as debêntures que tiveram negociação no mercado secundário foram negociadas com valor muito próximo a curva.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

<u>Vigência</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Após 2023</u>
De 2019 a 2030	2.593.957	2.845.426	3.065.810	3.221.820	3.470.440	33.466.521

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2017, e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

25. Benefícios pós-emprego e outros benefícios

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 4, na modalidade BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários, na modalidade CD).

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação CELPE de Seguridade Social – CELPOS, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários – (Modalidade Contribuição Definida – Plano CD) e Plano Previdenciário – (Modalidade Benefício Definido – Plano BD).

O Plano CD com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 2006, com adesão de aproximadamente 22% dos participantes ativos. O Plano de Contribuição Definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta *déficit* ou *superávit* já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O Plano CD ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o Plano Misto de Benefícios Previdenciários também é escopo de cálculos atuariais.

O Plano BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 31 de janeiro de 2006. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 26.423 (R\$ 24.297 em 31 de dezembro de 2016).

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo do intangível em curso	(2.354)	(2.455)
Despesas operacionais	(20.831)	(19.317)
	<u>(23.185)</u>	<u>(21.772)</u>

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a CELPOS, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores reconhecidos no passivo estão apresentados da seguinte forma:

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	17.788	17.521	88.614	104.654
	<u>17.788</u>	<u>17.521</u>	<u>88.614</u>	<u>104.654</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	113.171	120.949
Outros benefícios	(30)	2	(25)	(15)
	<u>(30)</u>	<u>2</u>	<u>113.146</u>	<u>120.934</u>
	<u>17.758</u>	<u>17.523</u>	<u>201.760</u>	<u>225.588</u>

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a empregados

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela CELPOS, em 31 de dezembro de 2017 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram:

Planos de benefício / Contribuição	CD		BD	
	2017	2016	2017	2016
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,59%	11,83%	9,93%	11,83%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,55%	7,08%	5,55%	7,08%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	4,50%	5,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	5,50%	4,50%	5,50%
Taxa de rotatividade esperada	8,57%	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-Fraca	Light-Fraca	Light-Média	Light-Fraca
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2017 e 2016 foram:

Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	CD		BD	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente das obrigações de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1.483	1.778	1.000.340	960.968
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	1.433	1.699	914.723	882.837
% de impacto na obrigação de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1,74%	2,34%	4,67%	4,40%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-1,67%	-2,23%	-4,29%	-4,07%
Impacto na <i>Duration</i> média da obrigação de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	3,45	4,63	9,12	8,61
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	3,37	4,52	8,78	8,31

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Benefícios de aposentadoria – CD	314	300	874	1.263	2.751
Benefícios de aposentadoria – BD	80.484	83.327	266.611	488.256	918.678

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Valor reconhecido no balanço		
Benefícios de previdência - CD	151	1.411
Benefícios de previdência - BD	(219.518)	(243.111)
Destinação de reserva com reversão de valores ao patrocinador	8.225	-
	(211.142)	(241.700)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	(28)	421
Benefícios de previdência - BD	(8.216)	(7.877)
	(8.244)	(7.456)
Redimensionamentos atuariais reconhecidos no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência - CD	(1.232)	80
Benefícios de previdência - BD	8.722	(49.446)
	7.490	(49.366)
Total obrigações atuariais incluídas em resultado e resultado abrangente	(18.224)	(73.570)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Plano CD		Plano BD	
	2017	2016	2017	2016
Custo do serviço corrente	(227)	(139)	488	470
Custo dos juros líquido de contribuições do empregador revertidas no ano	191	194	(26.166)	(24.729)
Contribuições pagas pela patrocinadora	8	366	17.462	16.382
Total incluído no resultado	(28)	421	(8.216)	(7.877)

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2015	(1.327)	(780.090)
Custo do serviço corrente	(139)	470
Custo dos juros	(159)	(97.585)
Contribuições pagas pelos participantes	(32)	(2.390)
Benefício pago pelo plano	-	75.553
Redimensionamento atuarial		
Premissas financeiras	(94)	(88.568)
Experiência do plano	13	(27.679)
Em 31 de dezembro de 2016	(1.738)	(920.289)
Custo do serviço corrente	(227)	488
Custo dos juros	(187)	(103.812)
Contribuições pagas pelos participantes	(29)	(2.576)
Benefício pago pelo plano	-	80.540
Redimensionamento atuarial		
Premissas demográficas	535	(338)
Premissas financeiras	(22)	(63.245)
Experiência do plano	211	53.479
Em 31 de dezembro de 2017	(1.457)	(955.753)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2015	8.034	571.498
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	1.115	72.855
Redimensionamento atuarial		
Contribuições pagas pela patrocinadora	366	39.185
Contribuições pagas pelos participantes	33	2.391
Benefícios pagos pelo plano	-	(75.553)
Juros sobre valor justo	(317)	66.802
Em 31 de dezembro de 2016	9.231	677.178
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	1.099	77.646
Redimensionamento atuarial		
Contribuições pagas pela patrocinadora	8	40.547
Contribuições pagas pelos participantes	28	2.576
Benefícios pagos pelo plano	-	(80.540)
Juros sobre valor justo	(8.758)	18.828
Em 31 de dezembro de 2017	1.608	736.235

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

	2017			2016		
	BD	CD	Total	BD	CD	Total
Renda fixa	589.181	143.913	733.094	565.573	124.785	690.358
Renda variável	21.291	13.715	35.006	22.115	14.918	37.033
Investimentos imobiliários	5.721	-	5.721	5.438	-	5.438
Outros	-	3.799	3.799	-	-	-
Total	616.193	161.427	777.620	593.126	139.703	732.829
Renda fixa	96%	89%	94%	95%	89%	94%
Renda variável	3%	8%	5%	4%	11%	5%
Investimentos imobiliários	1%	-	1%	1%	-	1%
Outros	-	2%	-	-	-	-
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida para 2018 são:

	Plano CD	Plano BD
Custo do serviço corrente	(179)	986
Custo dos juros	16	(19.561)
Total incluído no resultado	(163)	(18.575)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 74.579 (R\$ 38.528 em 31 de dezembro de 2016).

26. Seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio
Riscos nomeados - subestações e usinas	08/10/2017 a 08/10/2018	268.430	531
Riscos nomeados - imóveis próprios e locados	08/10/2017 a 08/10/2018	159.181	303
Riscos nomeados - almoxarifado	08/10/2017 a 08/10/2018	97.486	193
Responsabilidade civil geral - operações	08/10/2017 a 08/10/2018	6.000	1.069
Veículos	08/10/2017 a 31/05/2018	Tabela FIPE	19

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

27. Questões ambientais (*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Política Socioambiental.

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2017, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- Rede compacta / Linha verde - Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas. Os cabos elétricos protegidos evitam acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda em árvores e melhorando o desempenho do sistema elétrico.
- Certificação ambiental ISO 14001:2004 - Em 2016, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) manteve sua certificação, com base na versão da Norma ABNT NRB ISO 14001:2004. Os processos que fazem parte do escopo do SGA são: “Serviços administrativos” (no Edifício Sede) e “Geração de energia” (na Usina Tubarão, em Fernando de Noronha).
- Compensação Ambiental - A política de reposição florestal da CELPE obedece às normas vigentes, que estabelecem medidas compensatórias quando há necessidade de supressão e vegetação para a instalação de empreendimentos. Em 2016, a distribuidora mantém os projetos de reposição florestal que totalizam com o plantio de aproximadamente 14.000 (catorze mil) mudas plantadas.
- Gestão do Manejo da Vegetação na Região Metropolitana do Recife - Em 2016, no intuito de garantir a qualidade no fornecimento de energia elétrica e assegurar os benefícios que a vegetação proporciona aos cidadãos da Região Metropolitana do Recife, a CELPE diagnosticou 23.167 (vinte e três mil cento e sessenta e sete) árvores sob as redes de distribuição de 13,8KV. Foram analisadas as condições fitossanitárias e a necessidade de poda ou erradicação das árvores.
- Gerenciamento de resíduos - A CELPE possui uma norma para o Gerenciamento de seus Resíduos, que estabelece as obrigações/ações a serem tomadas para cada tipo de resíduo pela empresa contratada para o destino final. Entre os tratamentos dos resíduos da empresa, podem-se citar a reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores, e rerrefino do óleo lubrificante proveniente da Geração de Energia em Fernando de Noronha. Os resíduos recicláveis da CELPE, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos), são coletados, transportados e destinados para empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente.
- Programa de Controle de Queimadas - A CELPE em parceria com a CHESF, IBAMA, CPRH, SINDAÇÚCAR e AFCP, promove a campanha de controle às queimadas sob linhas de transmissão de energia nos municípios da Zona da Mata do Estado de Pernambuco. A campanha consiste na educação ambiental para sensibilização da população, dos usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar quanto aos riscos das queimadas não controladas, que afetam as redes de transmissão e distribuição de energia e provocam interferências no fornecimento.
- Inventário das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) - Em 2016, com foco no valor de sustentabilidade e a busca constante pela melhoria de seus processos lançou o 1º Inventário de GEE documento que contabiliza as emissões atmosféricas referentes às operações da distribuidora ao longo do ano de 2015. O relatório é uma importante ferramenta estratégica para gerir os impactos sobre o clima e identificação de oportunidades para redução de emissões atmosféricas.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- Plano de Perdas - As ações de combate às perdas relacionadas à blindagem e a regularização têm como principal objetivo a adequação das perdas realizadas ao nível regulatório estabelecido. Para isso, as ações devem ser realizadas tanto no âmbito das perdas técnicas quanto das não técnicas.

A Companhia realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
Recursos aplicados	349.203	365.289	43.193	39.237

(*) Informações não auditadas.

28. Eventos subsequentes

As seguintes captações de dívida ocorreram desde 1º de janeiro de 2018 até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, no montante total de R\$ 800.000:

Empréstimos							
Início da operação	Vencimento	Financiadores	Encargos financeiros anuais - %	Swap contraparte	Taxa do swap contratado	Moeda do contrato	Valor captado (R\$ mil)
02/01/2018	04/01/2021	Banco Itaú	USD + 3,6635%	Banco Itaú	118,95% CDI	USD	150.000
11/01/2018	11/01/2021	Bank Of America	USD + 1,50%	Bank of America	119,80% CDI	USD	150.000

Debêntures						
Início da operação	Vencimento	Encargos financeiros anuais - %	Swap contraparte	Taxa do swap contratado	Moeda do contrato	Valor captado (R\$ mil)
16/02/2018	08/02/2023	117,30% CDI	-	-	BRL	500.000